



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXIII PALMAS, TERÇA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 2012

Nº 1977



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Raimundo Moreira

1º Vice-Presidente: Dep. Eli Borges

2º Vice-Presidente: Dep. Eduardo do Dertins

1º Secretário: Dep. Stalin Bucar

2º Secretário: Dep. Iderval Silva

3º Secretário: Dep. José Augusto

4º Secretário: Dep. Manoel Queiroz

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Reunião às quartas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Amália Santana (**pres**), Toinho Andrade(**vice**), Eli Borges, José Bonifácio, Sargento Aragão.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Amélio Cayres, Carlão da Saneatins, José Geraldo, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa.

Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

Reunião às quintas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Amélio Cayres (**pres**), Osires Damaso (**vice**), José Geraldo, Sandoval Cardoso, Wanderlei Barbosa.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Eduardo do Dertins, José Augusto, José Bonifácio, Marcello Lelis, Raimundo Palito.

Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia.

Reunião às terças-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Zé Roberto(**pres**), Amélio Cayres(**vice**), José Augusto, Manoel Queiroz, Osires Damaso.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Eli Borges, José Bonifácio, Sargento Aragão, Solange Duailibe, Toinho Andrade.

Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público.

Reunião às terças-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Marcello Lelis(**pres**), Raimundo Palito (**vice**), Eduardo do Dertins, Josi Nunes, Luana Ribeiro.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Zé Roberto, Amélio Cayres, Carlão da Saneatins, José Augusto, Sargento Aragão.

Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Reunião às quartas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Solange Duailibe(**pres**), Vilmar do Detran(**vice**), Raimundo Palito, Sargento Aragão, Toinho Andrade.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Josi Nunes, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Osires Damaso, Zé Roberto.

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Reunião às quartas-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Freire Júnior(**pres**), José Geraldo(**vice**), Eduardo do Dertins, Eli Borges, Zé Roberto.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: José Bonifácio, Marcello Lelis, Manoel Queiroz, Sandoval Cardoso, Raimundo Palito.

Comissão de Saúde, Meio Ambiente e Turismo.

Reunião às quintas-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Raimundo Palito(**pres**), Luana Ribeiro(**vice**), Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Vilmar do Detran.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Carlão da Saneatins, José Geraldo, Josi Nunes, Osires Damaso, Sargento Aragão.

Comissão de Segurança Pública

Reunião às quintas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Sargento Aragão(**pres**), Eli Borges(**vice**), Carlão da Saneatins, José Bonifácio, Solange Duailibe.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Amélio Cayres, José Augusto, José Geraldo, Toinho Andrade, Wanderlei Barbosa.

Comissão de Acompanhamento e Estudos de Políticas Públicas para a Juventude.

Reunião às quintas-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Josi Nunes (**pres**), Eduardo do Dertins (**vice**), José Bonifácio, José Geraldo, Zé Roberto.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Amália Santana, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Osires Damaso, Sandoval Cardoso.

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Reunião às quintas-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Luana Ribeiro(**pres**), Amália Santana(**vice**), Josi Nunes, Manoel Queiroz, Toinho Andrade.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Marcello Lelis, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Wanderlei Barbosa.

Comissão de Minas e Energia

Reunião às terças-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Osires Damaso(**pres**), Amélio Cayres(**vice**), Marcello Lelis, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Eduardo do Dertins, José Augusto, Luana Ribeiro, Solange Duailibe, Toinho Andrade.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE LEI Nº 346/2012

Dispõe sobre a inclusão da disciplina de Noções Básicas de Direito Constitucional e Cidadania na grade curricular das redes pública e privada de ensino do Estado do Tocantins.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º Fica determinado que, no currículo das escolas de ensino médio das redes pública e privada de ensino, no âmbito do Estado do Tocantins, deverá ser incluída a disciplina Noções Básicas de Direito Constitucional e Cidadania.

§ 1º A disciplina Noções Básicas de Direito Constitucional e Cidadania será ministrada com enfoque na Constituição Federal do Brasil e nos princípios de cidadania.

§ 2º Além do enfoque da Constituição Federal do Brasil, deverá também abranger noções da Lei Orgânica do Estado do Tocantins.

Art. 2º A disciplina de Noções Básicas de Direito Constitucional e Cidadania deverá ser ministrada a partir do primeiro ano do ensino médio.

Parágrafo único. Deverão ministrar essa disciplina os professores graduados em Direito que tenham pós-graduação ou que estejam se especializando em Direito Constitucional.

Art. 3º Caberá aos órgãos competentes do Estado do Tocantins a expedição das demais normas complementares para o cumprimento desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O projeto em tela tem por finalidade instituir noções de Direito Constitucional nas redes pública e privada de ensino médio, visto que entendemos ser necessária a implementação nas escolas de conhecimentos jurídicos constitucionais e de cidadania, devido à importância que estes Direitos representam em uma sociedade democrática.

Aprendendo noções básicas de Direito, os alunos certamente ampliarão os seus conhecimentos e passarão a exercer direitos até então inimagináveis por eles, pois, infelizmente, no nosso País, na grande maioria das vezes, somente os acadêmicos de Direito têm a oportunidade de conhecer os seus direitos.

Por fim, para reforçar a importância do presente Projeto, é sabido que o Direito Constitucional é a base de uma sociedade, assim, conhecer a sua estrutura básica se torna extremamente importante ao exercício da cidadania. Proporcionar aos jovens estudantes do Estado do Tocantins o conhecimento de tópicos jurídicos relevantes, sem dúvida alguma, os capacitará ao exercício de uma vida civil e política plena e realizada, dando-lhes inclusive a oportunidade de participação no processo político brasileiro.

Desta forma, devido à relevância do tema, conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2012.

MANOEL QUEIROZ
Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 347/2012

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente Ágape – ABA, com atividades em Araguaína-TO.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente Ágape – ABA, com atividades em Araguaína-TO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Associação Beneficente Ágape – ABA é uma Organização não Governamental, sem fins lucrativos, fundada legalmente em 27/01/2006, sendo pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, tendo sede no Município de Araguaína -TO.

A ABA tem por FINALIDADE desenvolver trabalhos relacionados à promoção da assistência social, prevenção ao uso de drogas ilícitas e doenças sexualmente transmissíveis, como também tratar, recuperar e reingressar dependentes químicos na sociedade, cooperar com crianças e adolescentes em situação de risco, estabelecer e manter casas de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, desenvolver projetos ligados à cultura, promover ações à saúde, segurança alimentar e nutricional, direcionadas à melhoria da qualidade de vida das pessoas, promovendo a ética e paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais.

Entendendo ser matéria de vultosa relevância no contexto social e assistencial daquele município, a entidade terá novas oportunidades de firmar convênios com o Poder Público, na esfera estadual, no propósito de bem cumprir com as suas atividades finalísticas. Entendendo a importância desta propositura, faço gestão aos ilustres Pares para que, na íntegra, aproveemos o Projeto de Lei em destaque.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2012.

JORGE FREDERICO
Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 349/2012

Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Social Anjo Gabriel – ISAG, com sede no Município de Palmas-TO.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, o Instituto Social Anjo Gabriel – ISAG, entidade sem fins lucrativos, apartidária e de orientação social, com sede no Município de Palmas-TO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O Instituto Social Anjo Gabriel – ISAG, entidade sem fins lucrativos, apartidária e de orientação social, que foi instituída

em 14 de maio de 2012, inscrita no CNPJ 15.793.057/0001-62, com sede na Quadra 804 Sul Av. LO 21, Lote 03, Plano Diretor Sul, Palmas- TO, tem como objetivo o atendimento integral da população infanto-juvenil, aí incluídos desde os recém-nascidos até os jovens, em especial os órfãos, os que se encontram em situação de abandono, violência, e os que estiverem em conflito com a lei.

Tendo em vista o caráter social da entidade, aliado às necessidades com que se defrontam as instituições sem fins lucrativos, a concessão do título de Utilidade Pública Estadual, que se tornará possível com o exame da documentação comprobatória determinada por lei, nesta ocasião apresentada, representará um importante respaldo para que este Instituto possa continuar sua importantíssima missão.

Assim, peço a aquiescência dos nobres Pares desta Casa de Leis, a este pedido, para que possamos outorgar o título proposto neste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2012.

RICARDO AYRES
Deputado Estadual

Atas das Comissões

REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.

7ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

Ata da Centésima Vigésima Primeira Reunião Conjunta

Às onze horas e cinquenta três e minutos, do dia dez de outubro de dois mil e doze, reuniram-se conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Amália Santana, Eli Borges, José Bonifácio, Sargento Aragão, Freire Junior, Wanderlei Barbosa, José Geraldo, Osires Damaso, Ricardo Ayres, Eduardo do Dertins, Josi Nunes e Zé Roberto. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Toinho Andrade, Amélio Cayres, José Augusto, Luana Ribeiro e Marcello Lelis. A Senhora Presidente, Deputada Amália Santana, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, lida e aprovada foi subscrita pelos membros presentes. Não havendo Expediente, e Distribuição de Matérias, passou-se a Devolução de Matérias. Foram devolvidos os Processos números: 421/2012, Deputado Bonifácio; 431/2012, 445/2012, 446/2012, 476/2012 e 477/2012, Deputado Osires Damaso; 437/2012, 474/2012 e 475/2012, Deputado José Geraldo; 478/2012, Deputado Ricardo Ayres e 479/2012, Deputada Amália Santana. Na Ordem do Dia foram lidos e aprovados os pareceres dos Processos números: 421/2012, 446/2012 e 475/2012, os quais foram encaminhados ao Plenário para deliberação. A Senhora Presidente Deputada Amália Santana, concedeu vistas dos Processos números: 431/2012, aos Senhores Deputados, Eli Borges e José Geraldo; 437/2012, aos Senhores Deputados Zé Roberto e Ricardo Ayres; 445/2012, aos Senhores

Deputados Sargento Aragão e Ricardo Ayres; 474/2012, ao Senhor Deputado José Geraldo; 746/2012, ao Senhor Deputado Eli Borges; 477/2012, aos Senhores Deputados, Sargento Aragão e Freire Júnior; 478/2012 e 479/2012. aos Senhores Deputados, Sargento Aragão e Osires Damaso. Em seguida a Senhora Presidente encerrou a reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada e publicada.

REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.

7ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

Ata da Centésima Vigésima Segunda Reunião Conjunta

Às dez horas e cinquenta minutos, do dia onze de outubro de dois mil e doze, reuniram-se conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Amália Santana, Eli Borges, José Bonifácio, Sargento Aragão, Freire Junior, José Geraldo, Osires Damaso, Josi Nunes, Ricardo Ayres e Eduardo do Dertins. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Toinho Andrade, Amélio Cayres, José Augusto, Wanderlei Barbosa, Luana Ribeiro e Marcello Lelis. A Senhora Presidente, Deputada Amália Santana, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com aquiescência dos membros presentes foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente, passou-se a Distribuição de Matérias. O Senhor Deputado José Bonifácio, foi renomeado relator do Processo número, 473/2012. Na Devolução de Matérias, foram devolvidos os Processos números: 431/2012, que estava com vista ao Senhor Deputado Eli Borges, sem parecer de vista; 437/2012, que estava com vistas em conjunto aos Senhores Deputados Zé Roberto e Ricardo Ayres, com uma Emenda Aditiva apresentada pelo Senhor Deputado Zé Roberto; 445/2012, que estava com vistas em conjunto aos Senhores Deputados Sargento Aragão e Ricardo Ayres, sem parecer de vista; 474/2012, que estava com vista ao Senhor Deputado, Freire Júnior, com uma Emenda Supressiva; 476/2012, que estava com vista ao Senhor Deputado Eli Borges, com Parecer de vista e uma Emenda Modificativa; 477/2012, que estava com vista em conjunto aos Senhores Deputados, Sargento Aragão e Freire Júnior, com parecer de vista e uma Emenda Aditiva apresentada pelo Senhor Deputado Freire Júnior; 478/2012 e 479/2012, que estavam com vistas em conjunto aos Senhores Deputados, Sargento Aragão e Osires Damaso. Na Ordem do Dia foram lidos e aprovados os pareceres dos Processos números: 431/2012; 437/2012, aprovado o Parecer com uma Emenda Aditiva apresentada pelo Senhor Deputado Zé Roberto; 445/2012, aprovado parecer do relator com voto contrário do Senhor Deputado Sargento Aragão; 477/2012, aprovado o parecer do relator e rejeitado parecer de vista e uma Emenda Aditiva apresentada pelo Senhor Deputado Freire Júnior, com votos favoráveis a Emenda dos Senhores Deputados Zé Roberto, Sargento Aragão e Freire Júnior; 478/2012, aprovado o parecer do relator com uma Emenda Modificativa apresentada pelo Senhor Deputado Ricardo Ayres, com votos contrários dos Senhores Deputados Eli Borges, Freire Júnior e Sargento Aragão e 479/

2012, aprovado o parecer da relatora com voto contrário do Senhor Deputado Sargento Aragão. Em seguida os Processos acima mencionados foram encaminhados ao Plenário para deliberação. A Senhora Presidente Deputada Amália Santana, concedeu vistas em conjunto do Processo número 474/2012 aos Senhores Deputados Sargento Aragão e Ricardo Ayres e, 476/2012, vista ao Senhor Deputado, José Bonifácio. Logo após a Senhora Presidente encerrou a reunião convocando outra para dentro de dez minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada e publicada.

**REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS,
TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE;
ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO
CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.**

7ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

Ata da Centésima Vigésima Terceira Reunião Conjunta

Às dez horas e vinte minutos, do dia onze de outubro de dois mil e doze, reuniram-se conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Amália Santana, Eli Borges, José Bonifácio, Sargento Aragão, Freire Junior, José Geraldo, Osires Damaso, Josi Nunes e Eduardo do Dertins. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Toinho Andrade, Amélio Cayres, José Augusto, Wanderlei Barbosa, Luana Ribeiro e Marcello Lelis. A Senhora Presidente, Deputada Amália Santana, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, com aquiescência dos membros presentes foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se a Devolução de Matérias. Foram devolvidos os Processos números: 473/2012, Deputado José Bonifácio e 476/2012, que estava com vista ao Senhor Deputado José Bonifácio, devolvido com parecer de vista e uma Emenda Modificativa. Na Ordem do Dia foi lido e aprovado o parecer do relator do Processo número, 473/2012, o qual foi encaminhado ao Plenário para deliberação. A Senhora Presidente Deputada Amália Santana, concedeu vistas em conjunto do Processo número 476/2012 aos Senhores Deputados Sargento Aragão e Ricardo Ayres. Em seguida, a Senhora Presidente encerrou a reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada e publicada.

**REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS,
TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE;
ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO
CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E SERVIÇO PÚBLICO.**

7ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

Ata da Centésima Vigésima Quarta Reunião Conjunta

Às dez horas e cinquenta minutos, do dia dezesseis de outubro de dois mil e doze, reuniram-se conjuntamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano

e Serviço Público, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Amália Santana, Eli Borges, Toinho Andrade, Amélio Cayres, José Augusto, Eduardo do Dertins, Josi Nunes e Ricardo Ayres. Estavam ausentes os Senhores Deputados: José Bonifácio, Sargento Aragão, José Geraldo, Osires Damaso, Wanderlei Barbosa, Luana Ribeiro e Marcello Lelis. A Senhora Presidente, Deputada Amália Santana, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que, lidas e aprovadas foram subscritas pelos membros presentes. Não havendo Expediente, Distribuição de Matérias e Devolução de Matérias, a Senhora Presidente Deputada Amália Santana, suspendeu a Reunião, sendo a mesma reiniciada às onze horas e cinco minutos. Não havendo Ordem do Dia a ser deliberada, a Senhora Presidente encerrou a reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada e publicada.

**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.**

7ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

Ata da Décima Quinta Reunião Extraordinária

Às oito horas e cinquenta e cinco minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e onze, os membros da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle reuniram-se no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, José Geraldo, Osires Damaso, Wanderlei Barbosa, José Augusto, José Bonifácio, Marcello Lelis e Raimundo Palito. Estava ausente o Senhor Deputado, Sandoval Cardoso. O Senhor Presidente, Deputado Amélio Cayres, declarou aberta a Reunião e solicitou que informasse o número da Ata da Reunião anterior a qual lida e aprovada foi subscrita pelos Parlamentares presentes. Não havendo Expediente, e Distribuição de Matérias, passou-se a Devolução de Matérias. O Senhor Deputado Osires Damaso devolveu o Processo número, 784/2011, que estava com vista em conjunto aos senhores Deputados José Augusto e José Geraldo. Na Ordem do Dia foi lido e aprovado o parecer do relator, com um parecer de vista apresentado pelo Senhor Deputado José Augusto, relativo ao Processo acima mencionado, o qual foi encaminhado ao Plenário para deliberação. Em seguida o Senhor Presidente encerrou a Reunião, convocando outra Reunião para dia e hora regimental. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada e publicada.

**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.**

7ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

Ata da Décima Sexta Reunião Extraordinária

Às dezessete horas e quarenta minutos do dia vinte de dezembro de dois mil e onze, os membros da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle reuniram-se no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, José Geraldo, Osires Damaso e Sandoval Cardoso. Estava ausente o Senhor Deputado Wanderlei Barbosa. O Senhor Presidente, Deputado Amélio Cayres, declarou aberta a Reunião e solicitou que informasse o número da Ata da Reunião anterior, a qual foi transferida para a Reunião subsequente. No expediente, foi lido o ofício número 1.635/2011, oriundo da Presidência do Tribunal

de Contas do Estado, solicitando o retorno dos autos número 726/2011, referente às Contas Consolidadas do Governo do Estado do Tocantins – exercício/2009, para verificar a possibilidade de individualização das responsabilidades. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em deliberação o ofício supramencionado, o qual foi aprovado e remetido à Presidência desta Casa de Leis para providenciar o retorno dos autos em epígrafe ao Tribunal de Contas do Estado. Não havendo Devolução de Matérias e Ordem do Dia a ser deliberada. O Senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada e publicada.

REUNIÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

7ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

Ata da Décima Sétima Reunião Extraordinária

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e dois de dezembro de dois mil e onze, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, no Plenarinho da Assembléia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Jose Geraldo, Osires Damaso, Sandoval Cardoso e Wanderlei Barbosa. O Senhor Presidente, Deputado Amélio Cayres declarou aberta a presente Reunião e solicitou que informasse o número da Ata da Reunião anterior, a qual foi transferida para Reunião subsequente. Não havendo Expediente, e Distribuição de Matérias, passou-se a Devolução de Matérias. O Senhor Deputado Osires Damaso entregou o parecer parcial referente ao Processo número 726/2011, referente as Contas Consolidadas do Governo do Estado do Tocantins – exercício/2009, o qual foi lido e discutido. Em seguida, o Senhor Presidente informou que não havia matéria ser aprovada na Ordem do Dia e encerrou a Reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada e publicada.

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.

7ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

Ata da Décima Oitava Reunião Extraordinária

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia quatorze de junho de dois mil e doze, os membros da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle reuniram-se no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados: José Geraldo, Osires Damaso, Josi Nunes e José Bonifácio. O Senhor Presidente, Deputado Osires Damaso declarou aberta a Reunião e solicitou que informasse o número da Ata da Reunião anterior que, com aquiescência dos membros presentes foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expediente e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. O Senhor Deputado Osires Damaso, relator do Processo número 726/2009, apresentou um relatório preliminar referente às Contas Consolidadas do Governo do Estado do Tocantins – exercício/2009, solicitando o envio do Processo acima mencionado ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, para que se proceda à individualização das contas do referido Processo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião convocando outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada e publicada.

Atos Administrativos

PORTARIA N.º 284/2011-P

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), em consonância com a Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001, e ainda com fulcro na Lei Federal n.º 8.666/1993,

Considerando o disposto na SMS, de fls. 02, dos autos, pela qual a diretora da Diretoria de Área Administrativa solicita participação de servidores desta Casa, no curso de “FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE PREGOEIROS, EQUIPE DE APOIO E FORNECEDORES, ABORDANDO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E NOVAS REGRAS DE CONTRATAÇÃO”, devidamente autorizado pelo Ordenador de Despesa, desta Casa de Leis,

Considerando o disposto no Termo de Referência, fls. 08/15, da Diretoria de Recursos Humanos, que motiva a necessidade da contratação direta da empresa “**AOF CURSOS E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL LTDA**”, pelas razões elencadas no mesmo, inclusive quanto ao preço;

Considerando o disposto no DESPACHO N.º 0105/2011, fls. 32/33, dos autos, emitido pela Diretoria de Área Administrativa, que justifica a necessidade de capacitação solicitada, sugerindo os procedimentos ali elencados para conclusão da despesa,

Considerando ainda, o Parecer Jurídico n.º 0187/2011–PGA/AL, da Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis, folhas 34/35, ratificado às fls. 36, via DESPACHO/PGA/AL, do Procurador – Geral da Assembleia, externando a possibilidade da contratação da empresa citada acima, para capacitação de servidores desta Casa de Leis, com fundamento no artigo 25, *Inciso II*, C/C 13, da Lei Federal n.º 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º INEXIGIR a licitação com fundamento no artigo 25, II, C/C artigo 13, VI da Lei Federal n.º 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, em favor da empresa **AOF CURSOS E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL LTDA**, CNPJ n.º 05.412.947/0001-23, processo n.º 00629/2011, no valor de R\$ 5.640,00 (cinco mil, seiscentos e quarenta reais), visando à inscrição de 05 (cinco) servidores desta Casa, com pagamento de 04 inscrições, no curso de capacitação sobre “Formação e Reciclagem de Pregoeiros, Equipe de Apoio e Fornecedores, Abordando Sistema de Registro de Preços e Novas Regras de Contratação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de setembro de 2011.

Deputado **RAIMUNDO MOREIRA**
Presidente

PORTARIA N.º 285/2011–P

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), em consonância com a Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001, e ainda com fulcro na Lei Federal n.º 8.666/1993,

Considerando o disposto na SMS, de fls. 02, dos autos, pela qual a diretora da Diretoria de Área Administrativa solicita participação de servidores desta Casa, nos cursos de: “GESTÃO DE RISCOS EM TI NBR 27005; GOVERNANÇA DE TI; ROTEAMENTO AVANÇADO; VIRTUALIZAÇÃO DE SERVIDORES; ITIL – INFORMATION TECHNOLOGY INFRASTRUCTURE LIBRARY”, devidamente autorizado pelo Ordenador de Despesa, desta Casa de Leis,

Considerando o disposto no Termo de Referência, fls. 18/27, da Diretoria de Recursos Humanos, que motiva a necessidade da contratação direta da empresa “**REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP**”, pelas razões elencadas no mesmo, inclusive quanto ao preço;

Considerando o disposto no DESPACHO N° 0107/2011, fls. 98/99, dos autos, emitido pela Diretoria de Área Administrativa, que justifica a necessidade de capacitação solicitada, sugerindo os procedimentos ali elencados para conclusão da despesa,

Considerando ainda, o Parecer Jurídico n.º 0186/2011– PGA/AL, da Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis, folhas 100/101, ratificado às fls. 102, via DESPACHO/PGA/AL, do Procurador – Geral da Assembleia, externando a possibilidade da contratação da empresa citada acima, para capacitação de servidores desta Casa de Leis, com fundamento no artigo 25, *Inciso II*, C/C 13, da Lei Federal n° 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º INEXIGIR a licitação com fundamento no artigo 25, II, C/C artigo 13, VI da Lei Federal n° 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, em favor da empresa **REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP**, CNPJ n.º 03.508.097/0001-36, processo n° 00626/2011, no valor de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), visando à inscrição de servidores desta Casa, nos cursos de: “Gestão de Riscos de TI NBR 27005; Governança de TI; Roteamento Avançado; Virtualização de Servidores; ITIL – Information Technology Infrastructure Library”.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de setembro de 2011.

Deputado **RAIMUNDO MOREIRA**
Presidente

PORTARIA N.º 80-A/2012 – P

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), em consonância com a Resolução n.º 289, de 12 de maio de 2011, e ainda com fulcro na Lei Federal n° 8.666/1993,

Considerando o disposto no requerimento de parceria pleiteado pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG, para o desenvolvimento de curso de pós-graduação, com disponibilização de 24 vagas para servidores desta Casa de Leis, na forma do documento de fls. 02/03, deste procedimento administrativo,

Considerando que há disponibilidade orçamentário – financeira, para atender esta despesa com capacitação de servidores desta Casa de Leis, demonstrado via DESPACHO N° 007/2012, fls.04, da Diretoria de Área Orçamentária e Financeira,

Considerando o disposto no Termo de Referência, fls. 19/30, da Diretoria de Recursos Humanos, que motiva a necessidade da contratação direta da “**ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA - ADESG**”, visando à capacitação de 25 servidores, pelas razões elencadas no mesmo, inclusive quanto ao preço,

Considerando o disposto no DESPACHO N° 013/2012, fls.31, dos autos, emitido pela Diretoria de Área Administrativa, que justifica a necessidade de capacitação solicitada, sugerindo os procedimentos ali elencados para conclusão da despesa,

Considerando ainda, o Parecer Jurídico n.º 048/2012–PGA/AL, da Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis, folhas 32/33, ratificado às fls. 34, via DESPACHO/PGA/AL, do Procurador – Geral da Assembleia, externando a possibilidade da contratação da instituição citada acima, para capacitação de servidores desta Casa de Leis, com fundamento no artigo 25, II, C/C 13, da Lei Federal n° 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º INEXIGIR a licitação com fundamento no artigo 25, II, C/C artigo 13, VI da Lei Federal n° 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, em favor da “**ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA - ADESG**”, CNPJ n.º 33.673.294/0001-71, processo n° 0098/2012, no valor total de R\$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais), visando à capacitação de 25 servidores desta Casa de Leis, no curso de pós-graduação Lato-Sensu, Especialização em Política e Estratégia - CEPE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 5 dias do mês de março de 2012.

Deputado **RAIMUNDO MOREIRA**
Presidente

PORTARIA N.º 209-A/2012 – P

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno (Resolução n° 201, de 18 de setembro de 1997) e em consonância com o art. 3º da Resolução n° 306, de 04 de julho de 2012, e ainda com fulcro na Lei Federal n° 8.666/1993,

Considerando o disposto na SMS, de fls. 02, dos autos, pela qual o diretor da Diretoria de Recursos Humanos solicita capacitação de três servidores desta Casa de Leis, devidamente autorizado pelo Ordenador de Despesa,

Considerando o disposto no Termo de Referência, fls. 35/46, da Diretoria de Recursos Humanos, que motiva a necessidade da contratação direta do “**INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNICAÇÃO, CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E EMPRESARIAL LTDA.**”, no curso de “**A ARTE DE FALAR EM PÚBLICO - MESTRE DE CERIMÔNIAS, Conduzindo a Solenidade**”, a ser realizado no período de 17 a 18 de setembro de 2012, na cidade de São Paulo – SP, pelas razões elencadas no mesmo, inclusive quanto ao preço,

Considerando o disposto no DESPACHO N° 0061/2012, fls.49, dos autos, emitido pela Diretoria de Área Administrativa, que

justifica a necessidade de capacitação solicitada, sugerindo os procedimentos ali elencados para conclusão da despesa,

Considerando ainda, o Parecer Jurídico n.º 0197/2012–PJA/AL, da Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis, folhas 50/51, ratificado às fls. 52, via DESPACHO/PGA/AL, do Procurador – Geral da Assembleia, externando a possibilidade da contratação do instituto citado acima, para capacitação de servidores deste Parlamento, com fundamento no artigo 25, *Inciso II, C/C* 13, VI da Lei Federal n.º 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º INEXIGIR a licitação com fundamento no artigo 25, II, C/C artigo 13, VI da Lei Federal n.º 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, em favor do “**INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNICAÇÃO, CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E EMPRESARIAL LTDA.**”, CNPJ n.º 07.933.635/0001-90, processo n.º 00412/2012, no valor total de R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais), visando à participação de três servidores desta Casa de Leis, no curso “A Arte de Falar em Público - Mestre de Cerimônias, Conduzindo a Solenidade”.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de setembro de 2012.

Deputado **RAIMUNDO MOREIRA**
Presidente

PORTARIA Nº 280/2012-DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 61 da Resolução n.º 306, de 4 de julho de 2012 e com fundamento no disposto no art. 83, da Lei n.º 1818, de 23 de agosto de 2007, combinado com o art. 6º da Portaria n.º 183-P, de 12 de maio de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o segundo período das férias legais do servidor **Sérgio Ricardo Vital Ferreira**, Procurador Jurídico, matrícula n.º 275, referente ao período aquisitivo de 20/07/2010 a 19/07/2011, para gozá-la no período de 19/11/2012 a 03/12/2012.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de outubro de 2012.

Roger Luis Monteiro Tolentino
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 281/2012-DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 61 da Resolução n.º 306, de 4 de julho de 2012 e com fundamento no disposto no art. 83, da Lei n.º 1818, de 23 de agosto de 2007, combinado com o art. 6º da Portaria n.º 183-P, de 12 de maio de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o segundo período das férias legais do servidor **Adão Nilson Alves Gomes**, Assistente Legislativo – Administrativo, matrícula n.º 01, referente ao período aquisitivo de 17/05/2011 a 16/05/2012, de 05/11/12 a 19/11/2012, para gozá-la de 26/12/2012 a 09/01/2013.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de outubro de 2012.

Roger Luis Monteiro Tolentino
Diretor-Geral

PORTARIA N.º 282/2012 – DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 61 da Resolução n.º 306, de 4 de julho de 2012 e com fundamento no disposto no art. 83, da Lei n.º 1818, de 23 de agosto de 2007, combinado com o art. 6º da Portaria n.º 183-P, de 12 de maio de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR as férias legais do servidor **Osmar Antunes**, matrícula n.º 350, referente ao período aquisitivo de 06/11/2011 a 05/11/2012, de 17/12/12 a 15/01/2013, para gozá-la em dois períodos: o primeiro de 19/11/2012 a 03/12/2012 e o segundo de 02/01/2013 a 16/01/2013.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de outubro de 2012.

Roger Luis Monteiro Tolentino
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 283/2012-DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 61 da Resolução n.º 306, de 4 de julho de 2012 e com fundamento no disposto no art. 83, da Lei n.º 1818, de 23 de agosto de 2007, combinado com o art. 6º da Portaria n.º 183-P, de 12 de maio de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER as férias legais dos servidores conforme abaixo:

Mat.	Servidor:	Período Aquisitivo:	Período de Gozo:
8235	Ilton de Jesus dos Santos	01/10/11 a 30/09/12	12/11/12 a 11/12/12
8244	Jetro Benício da Costa	01/10/11 a 30/09/12	12/11/12 a 11/12/12
8261	José Rodrigues Barbosa Neto	01/12/11 a 30/11/12	03/12/12 a 01/01/13
9050	Marilene Macedo Arrais	01/09/11 a 31/08/12	12/11/12 a 11/12/12
9051	Odilon Filho Lopes da Silva	01/09/11 a 31/08/12	12/11/12 a 11/12/12
9066	Rubens Alves dos Reis	01/10/11 a 30/09/12	12/11/12 a 11/12/12

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de outubro de 2012.

Roger Luis Monteiro Tolentino
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 284/2012 – DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 61 da Resolução n.º 306, de 4 de julho de 2012 e com fundamento no disposto no art. 83, da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007, combinado com o art. 6º da Portaria nº 183-P, de 12 de maio de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER as férias legais dos servidores conforme abaixo:

Mat.	Servidor:	Período Aquisitivo:	Período de Gozo:
8066	Adailda Araujo Souza	01/09/11 a 31/08/12	01/12/12 a 30/12/12
9115	Ariella Coelho Passarim	01/11/11 a 31/10/12	01/12/12 a 30/12/12
9126	Maria Luiza de Macedo Andrade	01/11/11 a 31/10/12	01/12/12 a 30/12/12
9114	Raianne Brito Arruda Tolentino	01/11/11 a 31/10/12	01/12/12 a 30/12/12
9088	Valeria Virginia Resende	01/09/11 a 31/08/12	01/12/12 a 30/12/12
9095	Vinicios de Paula Souza	04/09/11 a 03/09/12	01/12/12 a 30/12/12

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 17 dias do mês de outubro de 2012.

Roger Luis Monteiro Tolentino
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 285/2012 – DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 61 da Resolução n.º 306, de 4 de julho de 2012 e com fundamento no disposto no art. 83, da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007, combinado com o art. 6º da Portaria nº 183-P, de 12 de maio de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR as férias legais do servidor **Durval Ribeiro Costa**, matrícula n.º 363, referente ao período aquisitivo de 08/12/2011 a 07/12/2012, de 10/12/12 a 08/01/2013, para gozá-la em dois períodos: o primeiro de 26/12/2012 a 09/01/2013 e o segundo de 01/08/2013 a 15/08/2013.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 19 dias do mês de outubro de 2012.

Roger Luis Monteiro Tolentino
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 286/2012 – DG

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 61 da Resolução n.º 306, de 4 de julho de 2012 e com fundamento no disposto no art. 83, da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007, combinado com o art. 6º da Portaria nº 183-P, de 12 de maio de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o segundo período das férias legais do

servidor **Olívio dos Santos**, Auxiliar Legislativo Especializado - Digitação, matrícula n.º 399, referente ao período aquisitivo de 05/04/2011 a 04/04/2012, para gozá-la no período de 19/11/2012 a 03/12/2012.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 19 dias do mês de outubro de 2012.

Roger Luis Monteiro Tolentino
Diretor-Geral

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 011/2008

Em cumprimento ao que preceitua o Art. 61, Parágrafo Único da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins torna pública a celebração do seguinte Instrumento de Termo Aditivo ao Contrato nº 011/2008.

4º TERMO ADITIVO AO: 4º TERMO ADITIVO

CONTRATO n.º: 011/2008

PROCESSO n.º: 0466/2008

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins

CONTRATADA: **REALTINS SISTEMAS PARA ESCRITÓRIOS LTDA**

OBJETO: Altera a Cláusula Terceira do Contrato Originário

VIGÊNCIA: Fica prorrogada pelo período de **29 de agosto de 2012 até 28 de novembro de 2012**.

VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: O valor estimado é de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 29 de agosto de 2012.

SIGNATÁRIOS: Raimundo Moreira de Araújo – Presidente

Silvania Manhas Machado - Representante

EXTRATO DO CONTRATO N.º 049/2012

Em cumprimento ao que preceitua o Art. 61, Parágrafo Único da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins torna pública a celebração do seguinte Instrumento de Contrato de nº 046-A/2012.

CONTRATO n.º: 049/2012

PROCESSO n.º: 00470/2012

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins

CONTRATADA: **OPPITZ SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**

OBJETO: Aquisição com instalação de equipamentos, mobiliário, com a finalidade de atender as necessidades desta Casa de Leis.

VIGÊNCIA: A vigência terá início a partir da assinatura do contrato, devendo sua execução ocorrer de acordo com a programação, ficando a entrega condicionada ao total adimplemento da condição, quando for o caso.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 199.373,00 (cento e noventa e nove mil e trezentos e setenta e três reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: **Unidade Orçamentária: 10100-**

Assembleia Legislativa do Tocantins **Programa de Trabalho:**
01.031.103.823.420.000 – Coordenadoria e Manutenção dos
Serviços Administrativos Gerais **Natureza da Despesa:** 4.4..90.52
– Aquisição de material permanente. **Fonte 0100.**

DATA DA ASSINATURA: Palmas/TO, 18 de outubro de 2012.

SIGNATÁRIOS: Raimundo Moreira de Araújo – Presidente

Aírton Bohrer Oppitz - Representante

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2012

PROCESSO: 00413/2012

Obs.: Republicado por alterações no Termo de Referência.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação e gestão de um Registro Eletrônico de Documentos dentro das políticas de tratamento da informação da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, com toda a implantação de infraestrutura de solução integrada de forma a oferecer os serviços de consultoria, treinamento, suporte, equipamentos, sistemas, manutenção corretiva e preventiva, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 10.520 de 17.07.2002, Decreto Administrativo n. 157, de 23 de abril de 2008 e alterações, Decreto Administrativo n. 105/2010, aplicando-se subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e demais legislação pertinente e Decreto Federal nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 3.931/2001, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos.

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação – CPL-AL

ENDEREÇO: Palácio Deputado João D'Abreu – Praça dos Girassóis S/N Palmas – Tocantins. CEP 77.001-902

DATA DE ABERTURA: 06 de novembro de 2012

HORÁRIO: 09h (nove horas). Horário local de Palmas - TO

NOTA: Outras informações poderão ser obtidas na Comissão Permanente de Licitação: Fone: (63) 3212-5121 Sr. SENIVAN

DISPONÍVEL NO SITE: www.al.to.gov.br.

E-MAIL: licitacoes@al.to.gov.br

Palmas, 23 de outubro de 2012.

SENIVAN ALMEIDA DE ARRUDA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiro

DEPUTADOS DA 7ª LEGISLATURA

Amália Santana - PT

Amélio Cayres – PR

Eduardo do Dertins - PPS

Eli Borges - PMDB

Freire Júnior – PSDB

Iderval Silva – PMDB

Jorge Frederico – PSD - Suplente

José Augusto - PMDB

José Bonifácio - PR

José Geraldo - PTB

Josi Nunes - PMDB

Luana Ribeiro - PR

Manoel Queiroz – PPS

Marcello Lelis – PV

Osires Damaso - DEM

Raimundo Moreira – PSDB

Raimundo Palito – PP - Licenciado

Ricardo Aires – PMDB - Suplente

Sandoval Cardoso – PSD - Licenciado

Sargento Aragão - PPS

Solange Duailibe - PT

Stalin Bucar - PR

Toinho Andrade - PSD

Vilmar do DETRAN - PMDB

Wanderlei Barbosa - PEN

Zé Roberto - PT